

## Ordenamento do Território

**Lei nº 48/98 de 11 de Agosto:** Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU).

**Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro:** Desenvolvimento da LBOTU, estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

## Planos de Ordenamento da Orla Costeira

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/98, de 10 de Julho:** Aprova as linhas de orientação do Governo relativas à estratégia para a orla costeira portuguesa.

**Decreto-Lei nº 302/90 de 26 de Setembro:** Regime de gestão urbanística do litoral.

**Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro:** Regulamenta a elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 218/94 de 20 de Agosto, 151/95 de 24 de Junho e 113/97 de 10 de Maio

**Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho:** Harmoniza o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território.

**Portaria n.º 767/96, de 30 de Dezembro:** Aprova as normas técnicas de referência a observar na elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira.

**Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro:** Define o regime aplicável aos instrumentos de gestão territorial criados ou reconduzidos ao sistema pela lei de bases, bem, no que respeita aos instrumentos já existentes, à revisão dos regimes vigentes.

**Resolução do Conselho de Ministros nº 25/99, de 7 de Abril:** Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha-Espinho

**Resolução do Conselho de Ministros nº 142/2000, de 20 de Outubro:** Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar-Marinha Grande

**Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2002, de 17 de Janeiro:** Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alcobaça-Mafra

**Resolução do Conselho de Ministros nº 123/98, de 19 de Outubro:** Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Cascais (Cidadela)-Forte de São Julião da Barra

**Resolução do Conselho de Ministros nº 136/99, de 29 de Outubro:** Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines

**Resolução do Conselho de Ministros nº 152/98, de 30 de Dezembro:** Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau

**Resolução do Conselho de Ministros nº 33/99, de 27 de Abril:** Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Burgau-Vilamoura

## **Planos Municipais de Ordenamento do Território**

**Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro:** Define o regime aplicável aos instrumentos de gestão territorial criados ou reconduzidos ao sistema pela lei de bases, bem, no que respeita aos instrumentos já existentes, à revisão dos regimes vigentes.

**Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril:** Altera o artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/95, de 24 de Agosto:** Ratifica o Plano Director Municipal de Loulé.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/95, de 31 de Maio:** Ratifica o Plano Director Municipal de Olhão.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2001, de 30 de Março:** Ratifica a suspensão parcial dos PDM de Faro e de Loulé, pelo prazo de um ano, na área delimitada na planta anexa e as medidas preventivas estabelecidas para a mesma área.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/97, de 29 de Agosto:** Ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Olhão.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/97, de 19 de Junho:** Ratifica o Plano Director Municipal de Tavira.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/94, de 19 de Junho:** Ratifica o Plano Director Municipal de Castro Marim.

**Portaria n.º 347/92, de 16 de Março:** Ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António de 7 de Março de 1992 que aprovou o respectivo Plano Director Municipal.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2001, de 3 de Abril:** Determina a revisão do Plano de Ordenamento do Parque da Ria Formosa, aprovado pelo Decreto regulamentar n.º 2/91, de 24 de Janeiro, e procede à suspensão do mesmo na área delimitada na planta anexa.

## Conservação da Natureza e Património Natural

**Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 213/97 de 16 de Agosto e Decreto-Lei n.º 227/98 de 17 de Julho:** Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas

**Decreto Lei n.º 373/87 de 9 de Dezembro:** Cria o Parque Natural da Ria Formosa.

**Decreto Regulamentar n.º 2/91 de 24 de Janeiro:** Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa.

**Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/2001 de 3 de Março:** Obriga o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa a ser revisto num prazo de dois anos a partir da sua data de publicação.

**Decreto -Lei n.º 93/90 de 19 de Março:** Regulamenta a Reserva Ecológica Nacional, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 316/90 de 13 de Outubro, n.º 213/92 de 12 de Outubro e 79/95 de 20 de Abril.

**Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril:** Conservação das aves selvagens.

**Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril:** Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio. Revoga os Decretos-Leis n.ºs 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto.

**Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio:** Preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.

**Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro:** Cria diversas Zonas de Protecção Especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das directivas n.ºs 79/409/CEE, do Conselho de 2 de Abril e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Abril.

## Domínio Hídrico

**Decreto Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro:** Estabelece o regime jurídico dos terrenos incluídos no domínio público hídrico.

**Decreto-Lei n.º 379/89, de 27 de Outubro:** Define a área de jurisdição da Direcção Geral de Portos.

**Decreto Lei n.º 201/92, de 29 de Setembro:** Define as áreas de jurisdição das Direcção Geral de Portos e da Direcção Geral dos Recursos Naturais.

**Decreto Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro:** Estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.

## Praias

**Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto:** Regula a circulação de veículos motorizados nas praias, dunas, falésias e reservas integrais.

**Portaria n.º 597/2000 de 14 de Agosto:** Define as praias que ficam sujeitas ao regime estabelecido no Regulamento de Assistência aos Banhistas nas Praias.

**Portaria n.º 610/2001 de 14 de Agosto:** Classifica as praias do continente.

**Decreto-Lei n.º 290/95 de 10 de Novembro:** Determina a imediata entrada em vigor das disposições sobre instrumentos de regulamentação conexas com a actividade balnear e sobre os editais de praia, previstos no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro.

## Turismo

**Decreto-Lei n.º 139/99, de 24 de Abril:** Estabelecimentos de restauração e de bebidas, altera e republica o Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho.

**Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro:** Regula a actividade marítimo-turística.

## Diversos

**Directiva 91/676/CEE do Conselho de 12 de Dezembro:** Cria o regime de Protecção das Águas Contra a Poluição Provocada por Nitratos de Origem Agrícola

**Portaria nº 704/01 de 11 de Julho:** Aprova o programa de acção para a zona vulnerável nº 3 - Área de protecção do aquífero Miocénico e Jurássico da campina de Faro, ao abrigo da Directiva 91/676/CEE do Conselho de 12 de Dezembro.

**Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto:** Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Revoga o Decreto-Lei nº 74/90, de 7 de Março.

**Decreto-Lei nº 152/97, de 19 de Junho:** Transpõe para o direito interno a Directiva nº 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio de 1991, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas

**Despacho conjunto de 27-04-1995:** Define as regras técnicas a que devem obedecer as operações de dragagem e de imersão dos materiais dragados.

**Decreto-Lei n.º 329/95, de 9 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º567/99 de 23 de Dezembro:** Aprova o Regulamento da Náutica de Recreio.

**Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de Junho:** Estabelece normas relativas ao património cultural subaquático.

**Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro:** Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

ANEXO II

---

LEGISLAÇÃO